



Interpeção Escrita

Referiu-se, no Relatório das LAG para o ano financeiro de 2016, que o Governo pretende concretizar, gradualmente, a coordenação da produção legislativa. A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) também afirmou recentemente que vai criar, numa primeira fase, grupos de produção jurídica, trabalhando com os Serviços que estão por detrás de projectos que impliquem políticas importantes e técnicas complexas e, simultaneamente, fiscalizar rigorosamente a situação de concretização dos projectos legislativos.

Em 2015, o Governo elaborou as “Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa” e, até Janeiro de 2016, projectos que fazem parte dos planos legislativos de 2014 e 2015 ainda não tinham entrado em processo legislativo. Aliás, há falta de uma definição clara para indicar quais são os projectos legislativos que necessitam da participação da DSAJ quanto à sua produção jurídica. Neste sentido, há cidadãos que questionam se essa reforma vai mesmo poder garantir a eficácia e a qualidade das futuras actividades legislativas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Qual é o efeito actual da aplicação das “Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de centralização da coordenação da produção legislativa”? O Governo deve elevar a importância dessas orientações, transformando-as em lei, mediante a alteração do “Regime Jurídico de Enquadramento das Fontes Normativas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Internas”. O Governo vai fazê-lo?

2. Actualmente, a DSAJ participa em alguns projectos legislativos que implicam políticas importantes e técnicas complexas, assim sendo, o que é que se entende por “políticas importantes e técnicas complexas”? Alguns especialistas sugerem que a DSAJ deve reforçar o grau de fiscalização sobre a centralização da coordenação, isto é, deve fazer o acompanhamento e a fiscalização a partir da altura em que os serviços competentes apresentam o projecto. A DSAJ vai aceitar esta sugestão?

01 de Abril de 2016

—
O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon